

## ENTENDA O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse modelo pressupõe que a renda *per capita* é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias a sua mensuração. Assim, além da renda *per capita*, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações em um indicador mais abrangente de suas *condições de vida*.<sup>1</sup>

Assentadas nesse paradigma, a Fundação Seade e a Alesp construíram para o Estado de São Paulo um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, mas com certas especificidades. A primeira, e mais importante, consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas.<sup>2</sup>

Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos, fonte de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado. Assim, apesar de representarem as mesmas dimensões, as variáveis escolhidas para compor o IPRS são distintas daquelas empregadas no cálculo do IDH.

Com essa orientação, compôs-se o IPRS de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, esco-

1. PNUD. *Desenvolvimento humano e condições de vida*: indicadores brasileiros. Brasília, PNUD, 1998.

2. TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores sociais: por que construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 17, n. 3-4, p. 80-90, jul.-dez. 2003.

laridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.<sup>3</sup>

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação obtida.

### Quadro 1

Síntese das variáveis selecionadas e estrutura de pesos adotada, segundo dimensões do IPRS

Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza municipal	Consumo residencial de energia elétrica	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	25%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	20%
Escolaridade	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental)	31%
	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental)	31%
	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Taxa de distorção idade-série no ensino médio	19%

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

3. Fundação SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – metodologia*. São Paulo, Fundação Seade, 2004. Disponível em: <[www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf)>.

A edição de 2012 trouxe alterações aos componentes do IPRS, visando incorporar ao índice as mudanças ocorridas nas condições de vida dos paulistas ao longo da década de 2000 e as novas fontes de informações existentes em nível municipal.

Entre as alterações, estão a nova estrutura de ponderação no cálculo do indicador de riqueza municipal, a substituição de um dos componentes do indicador de longevidade e o novo indicador de escolaridade (Quadro 1). Essas mudanças implicam uma nova série do indicador com início em 2008, impossibilitando qualquer comparabilidade retrospectiva. É importante destacar que os parâmetros conceituais nos quais se baseou a construção original do IPRS foram mantidos.

Assim, o indicador de *riqueza municipal* procura captar, ao mesmo tempo, a *produção de riqueza do município* (por meio das variáveis consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços e valor adicionado *per capita*) e a *renda familiar de seus moradores* (por meio das variáveis consumo de energia elétrica residencial e rendimento médio dos empregados no setor privado com carteira assinada e no setor público). As fontes de informações utilizadas foram os registros administrativos fornecidos pelas Secretarias da Fazenda e do Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a dimensão *longevidade*, optou-se por um indicador fundamentado em quatro tipos de mortalidade, em detrimento da esperança de vida usada no IDH, a qual, a rigor, capta as condições médias da mortalidade de determinada região para todos os grupos de idade. Essa escolha baseou-se no forte componente inercial que um indicador como a esperança de vida carrega, o que o torna incapaz de revelar as particularidades da mortalidade em diferentes regiões e suas variações no curto prazo. Assim, o indicador de *longevidade* do IPRS é expresso pela combinação das taxas de mortalidade perinatal, infantil, de pessoas na faixa etária de 15 a 39 anos e de pessoas de 60 a 69 anos. A substituição da taxa de mortalidade de pessoas maiores de 60 anos das edições anteriores pela taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos configura outra mudança desta edição. Este indicador mede o risco de morte na primeira década da terceira idade de uma população, o que pode ser interpretado como uma mortalidade precoce dos idosos. Taxas maiores de mortalidade na população idosa de 60 a 69 anos expressam desigualdades de condições de vida, incluindo as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, às ações de promoção, prevenção, diagnóstico, e tratamentos adequados das principais doenças e agravos mais prevalentes nos adultos.

A ênfase nessas variáveis deveu-se às especificidades do Estado, com crescente mortalidade de adultos e problemas de óbitos perinatais. A fonte de informação adotada é o Registro Civil, cujos dados são organizados e disponibilizados pela própria Fundação

Seade. Utilizaram-se ainda as projeções populacionais para faixas etárias específicas, usadas como denominador daquelas taxas, produzidas também pela Fundação Seade.

Na construção do indicador de *escolaridade* desta edição, priorizaram-se componentes que captam a oferta, o rendimento e o atraso escolar da educação básica. Nesse sentido, combina dois indicadores de desempenho escolar (média da proporção de alunos da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática no 5º e 9º anos do ensino fundamental), taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos e o atraso escolar no ensino médio (taxa de distorção idade-série).

A preocupação com a *qualidade* da educação escolar e seu monitoramento tem sido alvo de políticas prioritárias em todos os países. O consenso quanto à sua importância levou à inclusão de índices de desempenho escolar no indicador de escolaridade do IPRS. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico e o Censo Escolar, este último realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

## Tipologia

Além de sintetizar a situação de cada município no que diz respeito a essas três dimensões – riqueza, escolaridade e longevidade –, a combinação dos indicadores propicia uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. A construção dos grupos baseou-se em técnicas de estatística multivariada que, a partir da identificação

### O caráter relativo do IPRS

O IPRS, diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, é um indicador relativo, isto é, seus parâmetros norteadores são definidos a partir dos próprios dados que lhe dão origem. Em outras palavras, as categorias – *baixa*, *média* e *alta* – que caracterizam os grupos de municípios são estabelecidas segundo a realidade dos 645 municípios no ano em análise. Por exemplo, para um município ser classificado como de *alta escolaridade* em 2008, a configuração dos componentes do indicador sintético de escolaridade minimamente desejável era representada pelo escore igual ou superior a 46. Assim, todos os municípios que obtivessem no mínimo esse escore seriam considerados de *alta escolaridade*. Em 2010, a distribuição dos municípios mostrou que, para serem considerados de *alta escolaridade*, teriam que atingir o escore igual ou superior a 54, e não mais 46. Esse novo valor indica que o cenário considerado bom em 2008 já havia sido superado por muitas localidades em 2010, e as que se destacam em escolaridade já se distanciaram em muito dos níveis anteriores.

de cinco grupos de municípios com padrões similares em termos de condições de vida, permitiu sua definição operacional. Para tanto, os três indicadores sintéticos setoriais foram transformados em escalas discretas, formadas pelas categorias baixa, média e alta (no caso do indicador de riqueza municipal definiram-se apenas as categorias baixa e alta), a partir das quais foram constituídos os cinco grupos de municípios. O Quadro 2 apresenta os critérios de formação de cada um desses grupos.

**Quadro 2**  
**Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios**

Grupos	Categorias
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

**Quadro 3**  
**Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias**  
**Estado de São Paulo – 2008-2010**

Categorias	Anos	Dimensões do IPRS		
		Riqueza municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2008	Até 36	Até 64	Até 40
	2010	Até 39	Até 65	Até 49
Média	2008	-	65 a 67	41 a 45
	2010	-	66 a 68	50 a 53
Alta	2008	37 e mais	68 e mais	46 e mais
	2010	40 e mais	69 e mais	54 e mais
Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.				

Grupos do IPRS 2010

Os grupos obtidos a partir dos critérios detalhados anteriormente estão descritos de forma sintética a seguir e representados no Mapa 1.<sup>4</sup>

**Grupo 1:** reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. A maioria deles localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (rodovias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Em 2010, os 78 municípios que compunham o grupo abrigavam 9,8 milhões de pessoas, ou aproximadamente 23,9% da população estadual, tornando-o o segundo maior grupo em população. Cinco, dos dez maiores municípios paulistas,<sup>5</sup> faziam parte dele: Santo André, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. Dos 78 municípios deste grupo, 32 localizam-se na Região Administrativa de Campinas.

**Grupo 2:** engloba localidades com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios pertencentes ao Grupo 1. Em 2010, esse grupo concentrava 75 municípios, totalizando mais de 20,5 milhões de habitantes (49,7% da população estadual) – o maior dos cinco grupos em população. Analogamente às edições anteriores, identificam-se, no conjunto desses

4. Deve-se salientar que os aspectos mais gerais dessas descrições são válidos para todas as edições do IPRS.  
5. São Paulo, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos.

**Municípios paulistas, segundo grupos do IPRS  
2008-2010**



municípios, dois importantes subconjuntos: municípios industriais, como Cubatão, Diadema, Suzano, Mauá, Guarulhos, Osasco e Cotia, localizados em regiões metropolitanas; e municípios turísticos, tais como Guarujá, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse grupo destacam-se ainda os municípios de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto.

**Grupo 3:** municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, englobava 195 localidades com população de 4,6 milhões de pessoas em 2010. Nesse ano, apenas 22 possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Franca, Marília, Presidente Prudente, Araçatuba, Itapetininga, Jaú, Catanduva, Barretos, Birigui, Tatuí e Ourinhos registravam população superior a 100 mil pessoas. Concentram-se principalmente na região noroeste e norte do Estado, de modo que 51,3% dos municípios do grupo pertencem às Regiões Administrativas de São José do Rio Preto, Franca, Araçatuba, Barretos e Ribeirão Preto. Esse tipo de município inexistia nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

**Grupo 4:** com 199 municípios e 3,7 milhões de habitantes em 2010, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. É composto por vários municípios dispersos em quase todas as regiões do Estado, com destaque para as Regiões Administrativas de Sorocaba, Presidente Prudente e Marília.

**Grupo 5:** composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esse grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Em 2010, englobava 98 municípios, com população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, situando-se em áreas bem específicas do Estado. As Regiões Administrativas de São José dos Campos, Sorocaba e Registro compreendem 43 das localidades classificadas no Grupo 5, ou seja, aproximadamente 44%.

Os municípios que se destacam na dimensão riqueza (Grupos 1 e 2) se concentram ao longo dos eixos das principais rodovias do Estado, que se interceptam na capital. O noroeste e oeste paulista, especialmente as regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Barretos, abrigam municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores sociais (Grupo 3). Os do Grupo 5, por sua vez, concentram-se nas tradicionais áreas de menor desenvolvimento do Estado: Vale do Ribeira e região de Itapeva e municípios da Região Administrativa de São José dos Campos. O Grupo 4 aparece com maior intensidade na região centro-oeste, nas regiões administrativas de Marília, Presidente Prudente, Registro e Sorocaba.



## A dimensão riqueza no Estado

### Apreciação geral

O Estado de São Paulo atingiu, em 2010, a marca de 45 pontos em riqueza no IPRS, um avanço de três pontos em relação a 2008, o que reflete o crescimento da economia paulista no período. Houve melhora nos quatro componentes da dimensão de riqueza: o consumo anual de energia elétrica residencial por ligação aumentou 3,3% (passando de 2,41 MW para 2,49 MW), o consumo de energia elétrica no comércio, agricultura e em serviços por ligação cresceu 8,8% (de 18,73 MW para 20,38 MW por ligação), o rendimento médio do emprego formal registrou aumento de 3,0% (de R\$ 1.921 para R\$ 1.979) e o valor adicionado fiscal *per capita* elevou-se em 9,0% (de R\$ 15.771 para R\$ 17.193).<sup>6</sup>

Esse resultado está relacionado ao desempenho da economia paulista. Depois da crise internacional que se iniciou no último trimestre de 2008 e se prolongou durante 2009, a economia do Estado mostrou forte capacidade de recuperação em 2010, registrando crescimento de 7,9% em relação a 2009. Entre os grandes setores econômicos, o destaque foi a indústria, que a apresentou expansão de 9,2%, em especial a de transformação, que cresceu 10,1%. Embora tenha registrado aumento expressivo, o setor de serviços e a agropecuária evoluíram abaixo da média estadual (6,2% e 4,9%, respectivamente).

Consequentemente, o forte desempenho da indústria teve impactos expressivos no crescimento nas áreas mais industrializadas do Estado, realçando assimetrias entre essas e as regiões com maior dependência da agropecuária e do setor de serviços, entre 2008 e 2010.

Embora o desempenho positivo do indicador de riqueza tenha sido observado em todas as 15 regiões administrativas do Estado, apenas duas se situam acima da média estadual na dimensão riqueza: a Região Metropolitana de São Paulo, com 48 pontos, e a Região Metropolitana da Baixada Santista (RA de Santos), com 47 pontos. As RAs de Registro, com 29 pontos, e Presidente Prudente, com 34 pontos, apresentaram mais de dez pontos abaixo da média estadual, em 2010. No que tange a divisão nas classes alta e baixa da dimensão riqueza, das 15 RAs do Estado, sete encontram-se na classe alta (a partir de 40 pontos) e oito estão na classe baixa.

### Distribuição espacial

Os municípios do Estado que apresentam alta riqueza localizam-se em sua maior parte ao longo dos principais eixos rodoviários que partem da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Esses eixos são formados pela Rodovia Presidente Dutra, que liga a capital à região de São José dos Campos; o eixo Anhangüera-Bandeirantes, que se estende até

6. Em reais de 2010.

Ribeirão Preto; a Rodovia Castello Branco, até Sorocaba; e o eixo Anchieta-Imigrantes, que interliga a RMSP e a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Esses eixos abrigam o maior complexo industrial da América Latina com uma ampla diversidade setorial, tal como as indústrias automobilísticas, aeronáutica, refino de petróleo, farmacêutica e química, máquinas e equipamentos e equipamentos eletrônicos e telecomunicações. Trata-se de segmentos com ligações importantes com o mercado externo, que se caracterizam por níveis mais altos de investimentos, P&D, inovação tecnológica e produtos de maior valor agregado.

Conforme se afasta desses eixos, a proporção de municípios de alta riqueza em regiões administrativas do Estado diminui: entre os 39 municípios da RMSP, 24 são considerados de alta riqueza em 2010, enquanto na RA de Ribeirão Preto são cinco entre 25 cidades, a saber: Luís Antônio, Pontal, Ribeirão Preto, Jaboticabal e Sertãozinho. Esse fato indica que a expansão da indústria foi capaz de aumentar a riqueza local apenas em cidades que já contavam com um implante industrial relevante ou que se apropriaram de alguma atividade de manufatura ligada à cultura da cana.

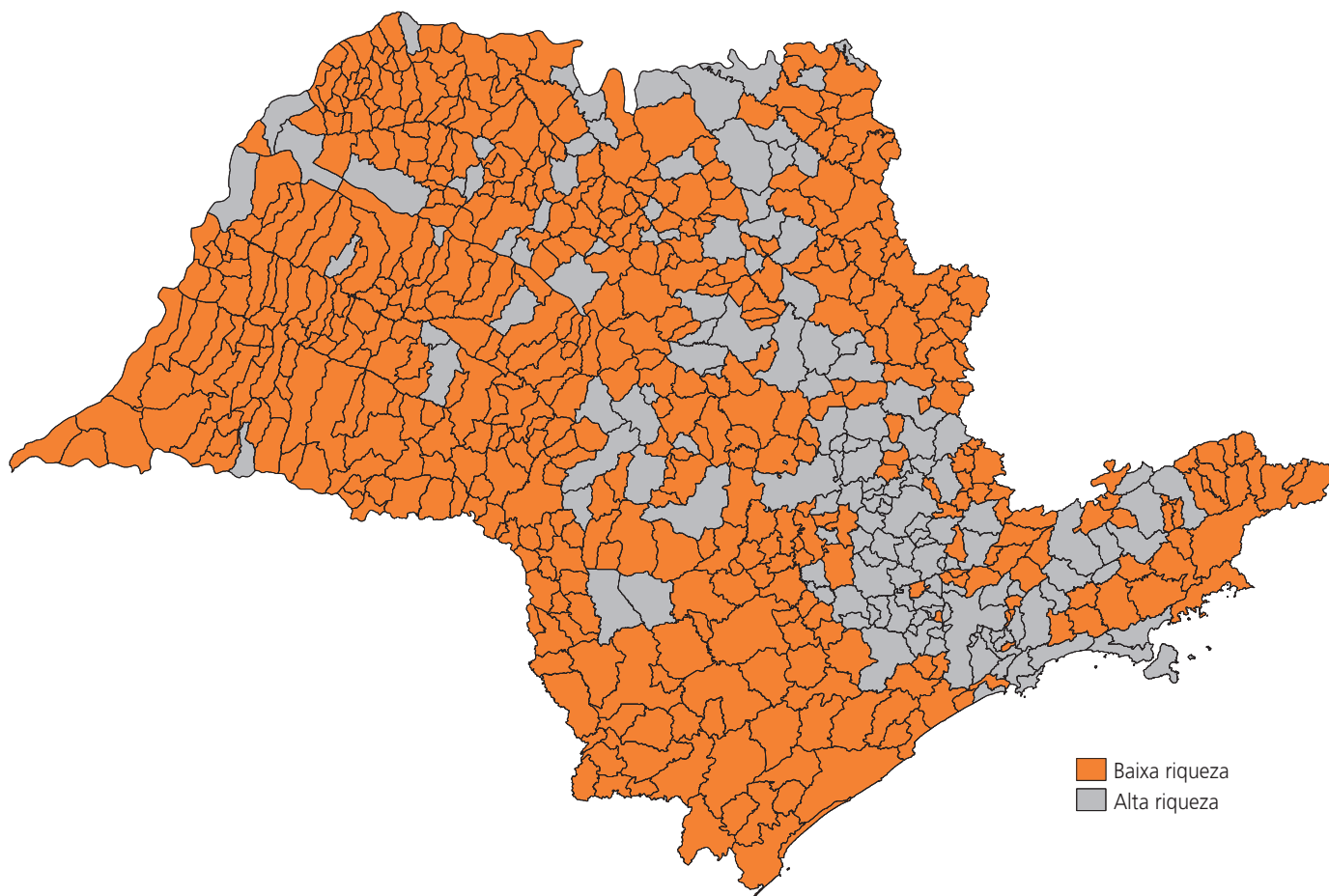
A importância da indústria é também evidente na escala estadual. Entre os dez municípios mais bem posicionados no *ranking* da dimensão riqueza do IPRS, oito têm um importante adensamento industrial: Barueri (58 pontos), Paulínia (57 pontos), Gavião Peixoto e Louveira (ambos com 55 pontos), Cubatão (54 pontos), Vinhedo (53 pontos), São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo (os dois com 52 pontos). As únicas exceções nesse quadro correspondem a São Sebastião (53 pontos) e Bertioga (52 pontos).

Os dez municípios com os piores desempenhos no escore de riqueza municipal são: Barra do Chapéu, da RA de Sorocaba (12 pontos); Itapirapuã Paulista, da RA de Sorocaba (15 pontos); Iporanga, da RA de Sorocaba (17 pontos); Itaóca, da RA de Sorocaba; Ribeira, da RA de Sorocaba; Ribeirão Branco, da RA de Sorocaba; Silveiras, da RA São José dos Campos (os quatro com 18 pontos); Cunha e Natividade da Serra, da RA de São José dos Campos (ambos com 19 pontos); e Guapiara, da RA de Sorocaba (20 pontos). Com exceção de Barra do Chapéu, que faz parte do Grupo 3, e Itaóca, do Grupo 4, todos estes municípios são classificados no Grupo 5 do IPRS.

Outra questão importante é que o núcleo econômico do Estado também constitui sua base demográfica. Apesar de o Estado contabilizar 492 municípios de baixa riqueza (76,2% do total), neles residem apenas 26,4% da população paulista, enquanto nas 153 cidades (23,7%) classificadas na categoria de alta riqueza municipal, essa proporção é de 73,6%. Dos 100 municípios mais bem ranqueados, 44 possuem mais de 100 mil habitantes. Os dez municípios desse porte populacional com os melhores resultados são: Barueri (58 pontos), Cubatão (54 pontos), São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santana de Parnaíba (os três com 52 pontos), Santos, Jundiaí, São Paulo, Itapeverica da Serra e Cotia (todos com 49 pontos).

## Mapa 2

Classificação dos municípios, segundo classes de riqueza municipal  
2010



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

### Componentes

Em 2010 o consumo de energia elétrica residencial por ligação variou, entre as RAs, de 1,83 MW na RA de Registro, até 3,30 MW na RM da Baixada Santista. Apenas as RMs de São Paulo e da Baixada Santista apresentaram consumo de energia residencial acima da média estadual de 2,49 MW.

O consumo anual de energia elétrica no comércio, agricultura e em serviços por ligação variou de 5,3 MW na RA de Registro até 32,7 MW na RMSP. Quatro regiões apresentaram crescimento no consumo de energia comercial e rural por ligação maior do que a média estadual de 8,8%, entre 2008 e 2010: Sorocaba com 8,9%, Campinas com 9,2%, Ribeirão Preto com 12,5% e RMSP com 13,0%.

O rendimento médio do emprego formal, por sua vez, variou R\$ 1.011 entre as 15 regiões, cabendo o menor valor à RA de Registro (R\$ 1.217) e o maior à RMSP (R\$ 2.228), ou seja, uma diferença de 83%. Cabe salientar que somente a RMSP apresenta rendimento acima da média estadual de R\$ 1.979.

O valor adicionado fiscal *per capita* apresenta a RA de Campinas em primeiro lugar, com R\$ 24.596, e a RA de Registro em último, com R\$ 5.910, uma variação de R\$ 18.686. Nesse componente, três RAs com valores acima da média estadual são: Ribeirão Preto (R\$ 17.676); São José dos Campos (R\$ 20.091); e Campinas (R\$ 24.596). A RMSP, com valor adicionado fiscal *per capita* de R\$ 16.639, ficou abaixo da média estadual de R\$ 17.193.

## A dimensão longevidade no Estado

### Apreciação geral

O Estado de São Paulo atingiu, em 2010, a marca de 69 pontos em longevidade no IPRS, com o crescimento de um ponto em relação a 2008. Essa pequena mudança na pontuação se explica pela relativa estabilidade nos quatro componentes dessa dimensão, embora com tendência de redução em todos eles, neste período: a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 12,7 para 12,0 óbitos por mil nascidos vivos (ou decréscimo de 5,5%); a taxa de mortalidade perinatal passou de 13,9 para 13,3 óbitos por mil nascidos (redução de 4,3%); a taxa de mortalidade de 15 a 39 anos variou de 1,38 para 1,35 óbito por mil habitantes nessa faixa etária (retração de 2,2%); e a taxa de mortalidade de 60 a 69 anos passou de 16,8 para 16,6 óbitos por mil pessoas (redução de 1,2%).<sup>7</sup>

As RAs de Registro e Bauru foram as que tiveram maior crescimento do indicador geral de longevidade, entre 2008 e 2010, com acréscimos de cinco e três pontos, respectivamente. Já as RAs de Campinas, Ribeirão Preto e Franca não apresentaram aumento algum na pontuação, nesse período, e quatro regiões tiveram elevação igual ao conjunto do Estado, de um ponto: RM da Baixada Santista e RAs de Presidente Prudente, Marília e Central.

7. As taxas de mortalidade correspondem à média do período 2009 a 2011.

## Distribuição espacial

Nota-se no norte e na faixa central do Estado de São Paulo uma concentração de municípios com alta longevidade, compreendendo, sobretudo, as RAs de Ribeirão Preto (64,0% do total de municípios da região), São José do Rio Preto (63,5%), Presidente Prudente (54,7%), Franca (52,2%) e Central (50,0%). As regiões com maior presença de municípios com baixa longevidade, por sua vez, encontram-se no entorno da RMSP: RM da Baixada Santista (88,9%) e RAs de São José dos Campos (64,1%) e Sorocaba (50,6%).

No conjunto dos 645 municípios do Estado, 244 (37,8%), 112 (17,4%) e 289 (44,8%) municípios classificam-se, respectivamente, nas categorias de baixa, média e alta longevidade. Contudo, quando se considera a concentração populacional, nota-se que 8.375.488 (20,3%), 7.264.749 (17,6%) e 25.583.446 (62,1%) habitantes residem em municípios das classes de baixa, média e alta longevidade.

Os municípios com baixa e alta riqueza apresentam distribuição próxima quanto às classes de baixa, média e alta longevidade em 2010. Entre os 492 municípios com baixa riqueza, 198 (40,2%), 84 (17,1%) e 210 (42,7%) classificam-se, respectivamente, como de baixa, média e alta de longevidade. Ao mesmo tempo, dos outros 153 com alta riqueza, 46 (30%), 28 (18,3%) e 79 (51,6%) estão nas classes baixa, média e alta de longevidade.

Quando considerados apenas os 75 municípios com mais de 100 mil habitantes, a distribuição tanto por município quanto por população é um pouco distinta daquela referente à totalidade dos municípios. Assim, 19 (25,3%), 19 (25,3%) e 37 (49,4%) municípios com esse porte populacional estão, respectivamente, nas categorias de baixa, média e alta longevidade. Por população, têm-se 4.106.531 (13,3%), 5.248.279 (17,0%) e 21.440.818 (69,7%) habitantes em municípios das classes de baixa, média e alta longevidade.

Os dez municípios mais bem posicionados são: Nova Castilho – RA de Araçatuba (94 pontos); Dolcinópolis – RA de São José do Rio Preto (93 pontos); Turiúba – RA de Araçatuba (90 pontos); Trabiçu – RA Central; Emilianópolis – RA de Presidente Prudente (ambos com 89 pontos); Santa Rita d'Oeste – RA de São José do Rio Preto (87 pontos); Alfredo Marcondes – RA de Presidente Prudente; Caiuá – RA de Presidente Prudente; Mendonça – RA de São José do Rio Preto; e Nova Canaã Paulista – RA de São José do Rio Preto (todos com 85 pontos cada). Destes municípios, apenas Trabiçu apresenta alta riqueza.

Dos 100 municípios mais bem posicionados, somente três possuem mais de 100 mil habitantes (São José do Rio Preto, São Caetano do Sul e Salto) e, entre os 100 piores, quatro têm mais de 100 mil habitantes (Guarujá, São Vicente, Caraguatatuba e Suzano). Os dez municípios com mais de 100 mil habitantes e mais bem situados são: São Caetano do Sul (78 pontos e 32º no *ranking* estadual); São José do Rio Preto (76 pontos e 65º); Salto (75 pontos e 88º); Campinas (74 pontos e 109º); Santana de Parnaíba (74 pontos e 112º); Americana (74 pontos e 122º); Catanduva (73 pontos e 132º); São Carlos (73 pontos e 139º); Valinhos (73 pontos e 142º); e Presidente Prudente (73 pontos e 147º).

Os dez municípios com os menores escores são: Balbinos – RA de Bauru (33 pontos); Zacarias – RA de São José do Rio Preto (34 pontos); Riversul – RA de Sorocaba (39 pontos); Luiziana – RA de Araçatuba; Miracatu – RA de Registro (ambos com 41 pontos); Nova Independência – RA de Araçatuba (42 pontos); Areias – RA de São José dos Campos; Bom Sucesso de Itararé – RA de São José dos Campos (ambos com 43 pontos); Álvares Florence – RA de São José do Rio Preto (45 pontos); e Campos do Jordão – RA de São José dos Campos (48 pontos). Com exceção de Campos do Jordão, todos são municípios classificados como de baixa riqueza.

### Componentes

A taxa de mortalidade infantil variou, entre as RAs, de 9,1 óbitos por mil nascidos vivos na RA de Barretos, a 16,9 na RM da Baixada Santista. As regiões de Araçatuba, São José dos Campos, Franca, Sorocaba e Baixada Santista posicionaram-se acima da média estadual, de 12,0 óbitos por mil nascidos vivos. Ainda que venha diminuindo acentuadamente nos últimos anos em muitos países, este indicador continua sendo muito importante na medida em que pode refletir as condições gerais de uma população, além de identificar problemas em determinadas áreas. Entre estas se destacam o seu desenvolvimento socioeconômico, as condições ambientais, a eficácia dos serviços de saúde e ainda os recursos existentes. A taxa média de mortalidade infantil do Estado, no período de 2009 a 2011, foi 29% menor do que a observada entre 1999 e 2001.

Em relação à taxa de mortalidade perinatal, houve variação entre o patamar de 17,1 óbitos por mil nascidos na RM da Baixada Santista, e 11,1 óbitos, na RA de São José do Rio Preto. Acima da média estadual, de 13,3 óbitos por mil nascidos, ficaram nove regiões. Este indicador, que engloba conjuntamente os natimortos e os óbitos de crianças com menos de uma semana de vida, reflete principalmente as condições relacionadas aos serviços de saúde, especialmente quanto à sua qualidade, incluindo o pré-natal, o parto e a atenção aos recém-nascidos. Também aponta aquelas áreas que necessitam de políticas e programas de saúde visando reduzir seus níveis e as diferenças regionais existentes. Entre 1999/2001 e 2009/2011 este indicador diminuiu 28,5% no Estado, semelhante ao observado para a mortalidade infantil.

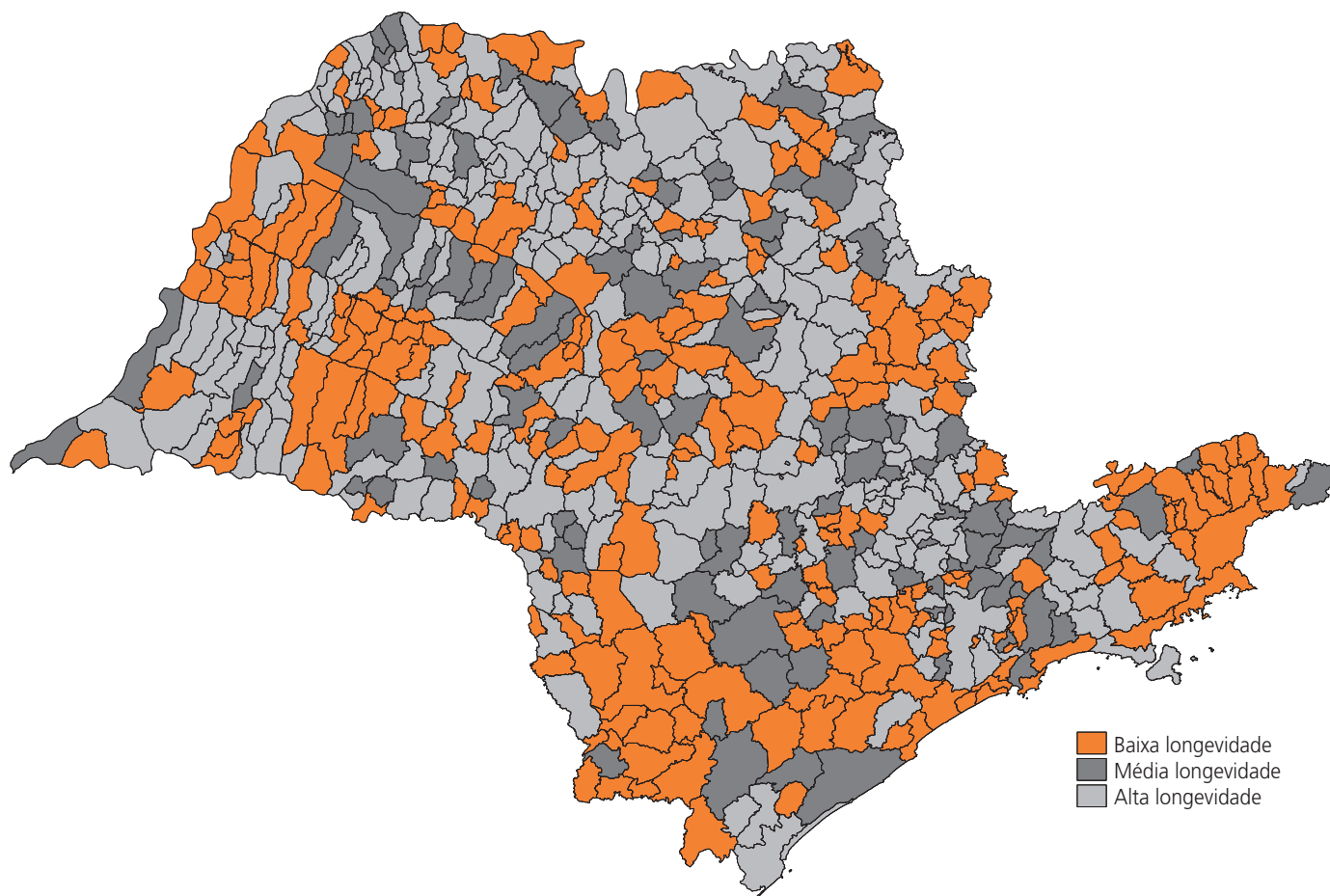
O indicador de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos também apresentou diferenciação entre as regiões do Estado. A menor taxa foi observada na RA de Ribeirão Preto (1,22 óbito por mil habitantes nesta faixa etária) e as maiores na RM da Baixada Santista e na RA de Registro (1,66). A média estadual foi de 1,35 óbito por mil pessoas nesta faixa etária. A população neste grupo de idade apresenta as causas externas como as principais causas de morte, de forma que as diferenças entre as taxas expressam, em grande parte, os riscos de exposição à violência. Nos últimos anos, as taxas de mortalidade desta população diminuíram consideravelmente, principalmente pela redução das mortes

por agressões, seguida pela da Aids, contribuindo de forma importante para o aumento da esperança de vida ao nascer da população estadual. Entre 1999/2001 e 2009/2011, a diminuição dessa taxa foi de quase 40% no Estado.

Por último, a taxa de mortalidade das pessoas entre 60 e 69 anos apresentou uma média de 16,6 óbitos por mil para o Estado. A maior taxa foi registrada na RM da Baixada Santista (18,9) e a menor na RA de Presidente Prudente (15,1). Essa taxa compreende a primeira década da denominada “terceira idade” e é indicativo de mortalidade precoce

### Mapa 3

Classificação dos municípios, segundo classes de longevidade  
2010



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.



## A dinâmica demográfica no Estado

Em 2010, o Estado de São Paulo possuía 41,2 milhões de habitantes. Formado por 15 regiões administrativas (RAs) e 645 municípios, 79,2% da população estadual estava concentrada em cinco regiões: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), RAs de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

Nesse grupo de regiões, apenas a RMSP diminuiu sua participação na população do Estado, ao passar de 48,3%, em 2000, para 47,7%, em 2010. A população da RMBS praticamente não alterou seu peso relativo, enquanto as demais regiões do grupo aumentaram sua participação no total populacional do Estado, entre 2000 e 2010.

Em 2010, 95,9% da população paulista residia em áreas urbanas, sendo que a RA de Registro apresentava a menor taxa de urbanização do Estado (71,4%) e em outras duas RAs esse índice situava-se abaixo de 90%: Sorocaba e Presidente Prudente. A RMBS detinha a maior taxa de urbanização do Estado em 2010, equivalente a 99,8%.

Até os anos 2000, o Estado de São Paulo superou sistematicamente o ritmo de crescimento do conjunto do país. Entre 1991 e 2000, São Paulo cresceu 1,8% ao ano, enquanto o país registrou 1,6% ao ano. Nesse período, seis regiões do Estado apresentaram taxas de crescimento acima da média estadual: RMBS e RAs de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Franca. As maiores taxas de crescimento pertenciam às regiões de Sorocaba e Campinas nesse período, de 2,3% ao ano.

Entre 2000 e 2010, diminuiu o ritmo de crescimento da população do Estado de São Paulo, que passou a ser de 1,1% ao ano, abaixo da média do país (1,2%). Seguindo a tendência estadual, verifica-se desaceleração no crescimento populacional das regiões paulistas. Neste período, cinco regiões apresentaram crescimento populacional acima da média estadual: RMBS e RAs de São José dos Campos, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto, esta última registrando a mais elevada taxa (1,6% ao ano) entre as regiões do Estado.

Há várias décadas, as mudanças nos padrões reprodutivos da população do Estado de São Paulo, a redução nos níveis de fecundidade e o aumento da expectativa de vida têm acarretado alterações importantes na sua estrutura etária. O Estado apresenta cada vez menor proporção de crianças e aumento da população em idade ativa, principalmente de idosos.

As pirâmides etárias de 2000 e 2010 mostram que essa tendência se mantém. Observam-se estreitamento da base da pirâmide, com proporção menor de grupos etários com menos de 15 anos, e alargamento do topo, que corresponde à maior participação dos idosos.

Em 2000, 26,3% dos habitantes do Estado de São Paulo concentravam-se nos grupos com menos de 15 anos; 19,4% no de 15 a 24 anos – representando a população jovem –; 45,4% no de 25 a 59 anos; e 9,0% no dos idosos (60 anos e mais). Em 2010, diminuiu a participação dos grupos de menores de 15 anos, que passaram a responder por 21,5% do total estadual, e aumentaram a participação do segmento etário entre 25 e 59 anos (50,1%) e a dos idosos (11,6%). A população jovem reduziu sua participação, respondendo por 16,8% do total estadual em 2010.

No Estado de São Paulo, o processo de envelhecimento da população pode ser acompanhado pelo aumento no índice de envelhecimento (proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos com menos de 15 anos), que passou de 34,1%, em 2000, para 53,9%, em 2010. Entre as regiões do Estado, a RA de São José do Rio Preto é a que registra o maior índice de envelhecimento, de 79,5% em 2010, enquanto o menor índice pertence à região de Registro (47,4%).



dessa população, podendo expressar não apenas as desigualdades em suas condições de vida, mas também dificuldades no acesso aos serviços de saúde e falhas na prevenção, diagnóstico e tratamento das principais doenças. Entre 1999/2001 e 2009/2011, a taxa de mortalidade desta população diminuiu 20% no Estado.

## A dimensão escolaridade no Estado

### Apreciação geral

Os dados do IPRS das regiões administrativas do Estado de São Paulo mostram que o desafio da melhoria dos indicadores educacionais vai além da disponibilização de mais recursos e passa pela criação de mecanismos que permitam geri-los melhor, principalmente em redes de ensino maiores e mais complexas. Tais desafios estão colocados tanto para os governos municipais, responsáveis pela educação infantil e pela maior parte do ensino fundamental, quanto para o governo estadual, que administra o ensino médio.

O Estado de São Paulo atingiu, em 2010, a marca de 48 pontos no indicador de escolaridade do IPRS, um avanço de oito pontos em relação a 2008. Isso se deu de forma generalizada nas regiões administrativas (RAs) do Estado – as de São José do Rio Preto, Marília e Franca foram as que mais evoluíram (acréscimos de dez pontos) e a RM da Baixada Santista e a RA de Barretos foram as que tiveram menores aumentos (seis pontos a mais). Apenas três regiões ficaram com pontuação abaixo da média estadual (São Paulo, Baixada Santista e Registro).

Uma primeira análise das características das regiões com maiores e menores indicadores de escolaridade revela algumas diferenças importantes, a começar pela dimensão riqueza. Com exceção da RA de Registro, as regiões com pior escolaridade estão entre as de maior riqueza. As RMs de São Paulo e da Baixada Santista têm os dois melhores indicadores de riqueza (48 e 47, respectivamente), mas os piores em escolaridade. A RA de São José dos Campos também não foge à regra: quinta maior em riqueza (43 pontos) e quarta menor em escolaridade. Da mesma forma, entre as seis RAs com escolaridade alta, apenas a Central e a de Campinas têm altos indicadores de riqueza (40 e 44, respectivamente), enquanto as de Marília, Araçatuba, Franca e São José do Rio Preto registram, respectivamente, 36, 37, 37 e 38 pontos, nessa dimensão.

Essa caracterização não permite, no entanto, estabelecer uma causalidade negativa de riqueza e população sobre escolaridade, pois há uma série de outros fatores não considerados. Mas é fundamental notar que os resultados sugerem, sim, que a complexidade das redes educacionais diferencia os dois extremos do *ranking* de escolaridade, sinalizando importantes desafios para as políticas públicas de educação.

### Fatores condicionantes

A melhora no indicador é reflexo do bom desempenho dos três aspectos tratados na dimensão escolaridade do IPRS: cobertura, desempenho e fluxo.<sup>8</sup> No Estado, a taxa de atendimento para as crianças de 4 e 5 anos, que capta o aspecto da cobertura, aumentou 5,6 pontos percentuais (de 79,2% para 84,8%), com crescimento mais expressivo nas RAs onde a cobertura era menor em 2008: Franca (12,1 pontos percentuais), Registro (9,7), Sorocaba (9,6) e São José dos Campos (9,0).

O desempenho dos estudantes das redes públicas também melhorou no Estado. A proporção de alunos que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do 5º e 9º anos do ensino fundamental cresceu, em média, 10,3 e 4,6 pontos percentuais, respectivamente (de 30,5% para 40,9% no 5º ano e de 14,6% para 19,2% no 9º ano).

As RAs de Marília, Franca e Presidente Prudente foram as mais bem-sucedidas em elevar o desempenho dos estudantes de 5º ano (a proporção de alunos no nível adequado cresceu mais de 14 pontos percentuais). Já a parcela de estudantes do 9º ano no nível adequado elevou-se mais nas RAs de São José do Rio Preto, Araçatuba e Bauru (mais de 6 pontos percentuais).

Quanto à taxa de distorção idade-série no ensino médio, que reflete o aspecto de fluxo do indicador, registrou-se redução de um ponto percentual no Estado (de 19,1% para 18,1%). A diminuição desta taxa foi mais expressiva nas RAs de Sorocaba e São José do Rio Preto (queda de 1,3 ponto percentual).

### Distribuição espacial

A despeito de a evolução na escolaridade ter sido generalizada por todo o Estado, há diferenças importantes entre suas regiões.

As regiões a oeste e noroeste do Estado são as de melhores níveis de escolaridade. A RA de São José do Rio Preto, que já tinha o maior indicador em 2008, alcançou 59 pontos em 2010. Entre os três componentes do indicador, o que mais contribuiu para a liderança da região é o desempenho dos alunos. No 5º ano do ensino fundamental, 56,2% dos alunos apresentaram desempenho adequado e, no 9º ano, 25,2%.

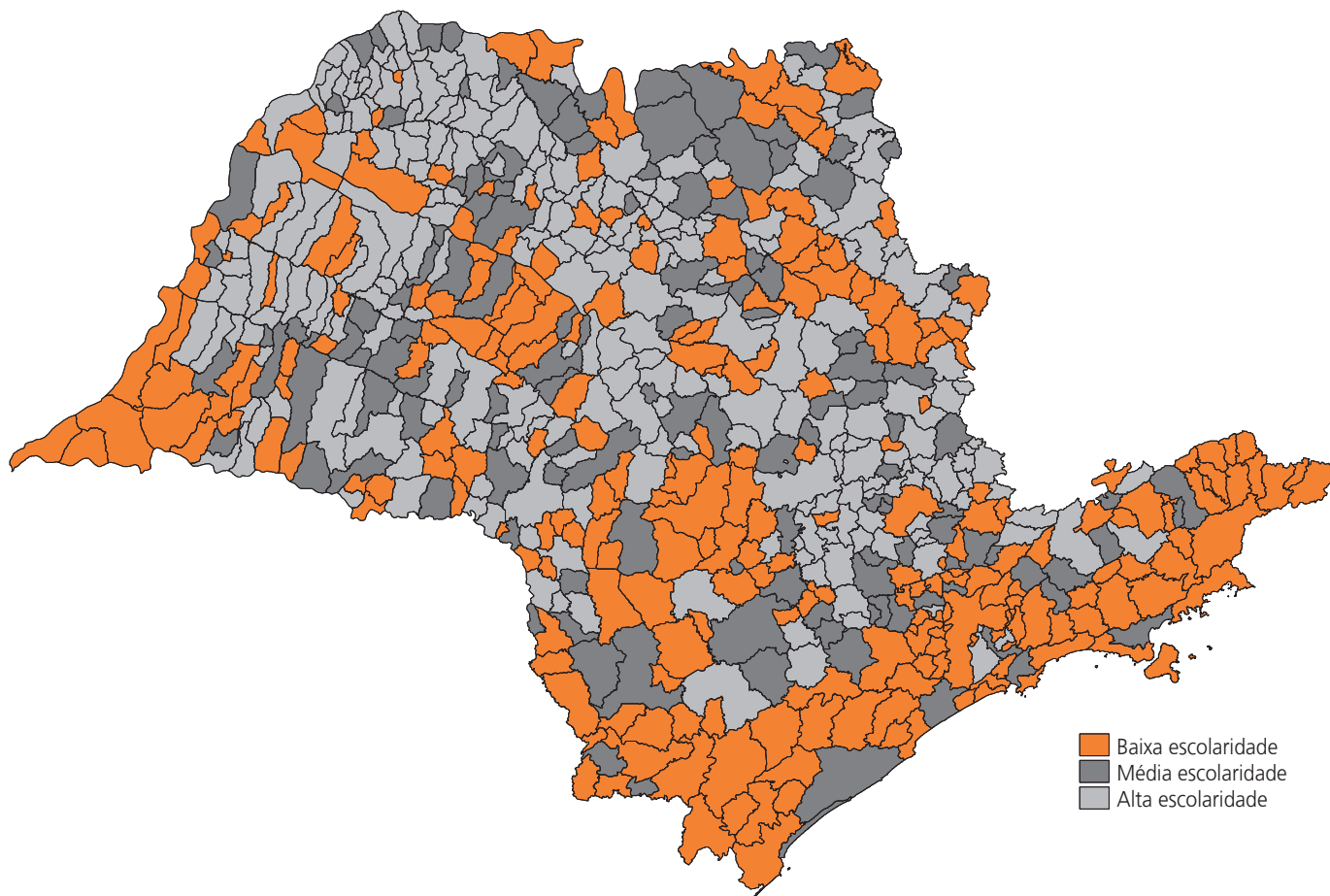
Dos dez municípios de maior escolaridade do Estado, cinco estão na RA de São José do Rio Preto (Adolfo, Turmalina, Rubinéia, Sebastianópolis do Sul e Pedranópolis). A proporção de municípios dessa região com alta escolaridade é de 65,6% e, entre eles, está o município-sede, São José do Rio Preto.

Outras regiões do oeste/noroeste paulista que se destacam com alta escolaridade são as de Marília (57 pontos) e Araçatuba (56 pontos). Nestes casos, o que mais sobressai

8. Diferentemente das versões anteriores, foram incluídos nesta edição indicadores de desempenho.

## Mapa 4

### Classificação dos municípios, segundo classes de escolaridade 2010



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

entre os componentes do indicador é a cobertura, pois a taxa de atendimento a crianças de 4 e 5 anos chega a 91,6%. A RA de Marília ainda se destaca por ter a menor taxa de distorção idade-série no ensino médio, o que também contribuiu para seu indicador elevado.

Na RA de Araçatuba, 55,8% dos municípios são de alta escolaridade e, na de Marília, 39,2% estão neste grupo. Nos dois casos, os municípios-sede também se classificam em alta escolaridade.

Fora do eixo oeste/noroeste do Estado, a RA Central merece destaque, com indicador de 56, o mesmo da região de Marília. A região Central não tem liderança em nenhum dos componentes do indicador, mas sua alta taxa de atendimento para crianças de 4 e 5 anos (90,3%) e o desempenho dos alunos de 9º ano (24,9% no nível adequado) colocam-na com nível de escolaridade comparável às melhores RAs. Dos municípios da região, 46,2% apresentam alta escolaridade, entre os quais estão São Carlos e Araraquara.

Quanto às regiões com os piores indicadores de escolaridade, é possível notar que, com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, eles estão distribuídos nas regiões que cobrem o litoral paulista: RM da Baixada Santista (indicador 44) e RAs de Registro (44) e São José dos Campos (50).

O fator que mais contribuiu para que a região da Baixada Santista esteja entre as de pior escolaridade é o alto atraso escolar no ensino médio (taxa de distorção idade-série de 20,8%). Também colaborou para esta situação o fato de que apenas 16,9% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho considerado adequado. Já na RA de Registro, a baixa cobertura para crianças de 4 e 5 anos (73,2% frequentam escola ou creche) e o fraco desempenho para alunos do 5º ano (37,1% com desempenho adequado) são os fatores que mais pesaram para a baixa escolaridade.

Nessas duas regiões, todos os municípios são considerados de escolaridade média ou baixa, com grande concentração no último grupo (mais de 75%). Entre os municípios mais populosos da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande), apenas Santos tem escolaridade média. Já na RA de Registro, sobressaem Iguape e Ilha Comprida como os únicos com escolaridade média.

Com relação à RA de São José dos Campos, não há nenhum componente que tenha maior peso para sua baixa escolaridade, mas a alta concentração de municípios no grupo de baixa escolaridade (76,9%) leva a região a ter o quarto pior índice do Estado. Apenas três municípios (São José dos Campos, Taubaté e Campos do Jordão) podem ser considerados de alta escolaridade.

Fora do eixo do litoral, a Região Metropolitana de São Paulo destaca-se com o indicador de escolaridade mais baixo do Estado (43 pontos). O que mais contribuiu para este resultado é o baixo desempenho dos alunos de 5º ano (35,2% no nível adequado) e do 9º ano (16,0% com desempenho adequado).

Apenas quatro municípios da RM (São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Barueri e São Caetano do Sul) têm alta escolaridade, enquanto outros 30 (76,9% do total) são de baixa escolaridade, incluindo os dois mais populosos (São Paulo e Guarulhos).

Com relação às demais RAs, as de Franca e Campinas (ambas com indicador 54) são consideradas de alta escolaridade. A RA de Franca fica entre as quatro regiões com maior desempenho escolar, com 51,7% de alunos no nível adequado no 5º ano e 23,2% no 9º ano. Já a RA de Campinas sobressai quanto ao desempenho escolar dos alunos do

9º ano (23,7% em nível adequado) e à boa cobertura do ensino para crianças de 4 e 5 anos (88,0% delas estão na escola ou creche).

Vale notar que na RA de Franca, com exceção do município-sede, os municípios de maior escolaridade têm menos 20 mil habitantes, como Nuporanga, Aramina e Jeriquara, este último com o maior indicador do Estado (78 pontos). Já na RA de Campinas, municípios de grande porte, como Jundiaí, Piracicaba, Limeira e Americana, apresentam alta escolaridade. Campinas, no entanto, é exceção a esta regra, pois registra baixa escolaridade (46 pontos).

As RAs de Bauru (indicador 53), Presidente Prudente e Barretos (ambas com indicador 52) fazem parte de um grupo de escolaridade média, mas também se destacam em alguns quesitos.

As redes de ensino da região de Bauru, por exemplo, atende a 89,5% das crianças de 4 e 5 anos (uma das cinco melhores taxas), enquanto as RAs de Presidente Prudente e Barretos sobressaem com taxas de distorção idade-série no ensino médio em torno de 13% (entre as três mais baixas do Estado).

Nessas três RAs, também é possível destacar municípios com menos de 50 mil habitantes entre os de maior escolaridade. Com exceção de Bauru, que apresenta alta escolaridade, os outros municípios-sede (Presidente Prudente e Barretos) são classificados na categoria média.

As outras duas RAs com escolaridade média (Ribeirão Preto e Sorocaba) apresentam todos os seus componentes um pouco abaixo da média estadual, sem grandes destaques negativos ou positivos. As duas regiões possuem desempenho escolar parecido, com aproximadamente 45% dos alunos de 5º ano e 22% dos de 9º alcançando nível adequado.

Na RA de Ribeirão Preto, a taxa de atendimento a crianças de 4 e 5 anos chega a 86,8% e a de distorção idade-série no ensino médio é de 18,5%. Para a RA de Sorocaba, esses índices correspondem a, respectivamente, 83,9% e 14,7%. Os municípios mais populosos da RA de Sorocaba têm escolaridade alta (Sorocaba) ou média (Itu e Itapetininga), já os mais populosos da região de Ribeirão Preto estão na categoria alta (Sertãozinho) ou baixa (Ribeirão Preto e Jaboticabal). ■